

A VOZ DAS MULHERES NA LUTA POPULAR POR MORADIA EM SALVADOR

Equipe Urbana do CEAS

1. Introdução

Em 2007, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) completou quarenta anos de dedicação à transformação das bases estruturais da sociedade através de uma metodologia que conjuga – como está seu próprio nome – os “estudos” e a “ação social”; no segundo caso, através do acompanhamento a grupos populares e movimentos sociais organizados, e no primeiro caso através da reflexão sobre sua própria prática junto a tais grupos e movimentos em eventos de formação política, em debates e em publicações como os **Cadernos do CEAS** (que completarão quarenta anos de publicação ininterrupta em 2009), a coleção **Movimentos Sociais** (em co-publicação com a editora Loyola) e outras.

Os trabalhos da linha responsável pela ação social do CEAS são compartilhados por duas equipes (Rural e Urbana) que prestam assessoria sócio-política aos movimentos populares do campo e da cidade. As experiências vividas nestes dois campos de atuação acabam por mostrar que a busca pela transformação social deve ter como premissa o cuidado com um olhar estratégico de ação, onde o alcançar do horizonte sonhado é repleto de pequenos e grandes obstáculos, fazendo com que o trabalho de acompanhamento aos movimentos sociais e grupos populares tenha uma perspectiva macro e micro. Com bases nas experiências vividas pela Equipe Urbana do CEAS no último triênio trabalhado (2005–2007), pode-se ter uma noção de parte das lutas populares urbanas acompanhadas pela Equipe.

A Equipe Urbana do CEAS apresentava no início do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do triênio 2005–2007 muitas dúvidas, poucas expectativas e bastante atenção quanto à conjuntura política. Era o início do terceiro ano de mandato do governo Lula, e o primeiro ano após a derrota, na Prefeitura de Salvador, do grupo político carlista, que hegemonizava poder estadual há quase 40 anos, sendo oito ininterruptos na Prefeitura de Salvador. A mudança do governo municipal, o possível enfraquecimento do grupo carlista e o terceiro ano do governo Lula colocavam uma questão naquele ano: “o que tem de novo nestes governos?”

Ao atuar junto aos movimentos populares, contribuindo com sua organização e articulação na resistência contra o capital – em seus setores imobiliário e turístico – a Equipe Urbana vem percebendo as bases de uma sociedade nacional e local formada e fragmentada em classes, raça e gênero; embora as estatísticas apontassem mudanças no quadro nacional de desigualdades sociais nestes três campos no período, foi difícil percebê-las a nível local. Neste sentido, a contínua, árdua e formadora luta do público acompanhado pela Equipe Urbana por direitos e políticas públicas básicas demonstrou que a constante pressão política sobre os poderes público e privado tem, ainda, um papel importantíssimo a cumprir na sociedade atual.

Para 2007, após a experiência não muito boa do 1.º Governo Lula, dois anos de gestão da nova prefeitura e a novidade da vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições para o governo estadual – quebrando-se, em tese, a hegemonia política carlista – percebe-se um aumento da atenção e manutenção de uma postura crítica das comunidades e movimentos acompanhados frente aos governantes; a Equipe Urbana pretende continuar a apoiar e fortalecer estas lutas nestes momentos de “mudança” de conjuntura.

No acompanhamento das lutas populares, a Equipe Urbana sentiu a necessidade de um olhar específico para as lutas sob o foco da mulher. Da mulher popular, que quase sempre está no *front* das lutas urbanas; da mulher que mais sofre as consequências das desigualdades sociais; das mulheres que estão nas bases dos indicadores: a mãe, a dona de casa. As experiências positivas com os trabalhos direcionados a elas (chamados de *trabalho de gênero*), somados à observação do destaque que elas sempre tiveram nas lutas populares urbanas (luta por moradia, saneamento, saúde, educação etc.), eixo de atuação do CEAS, mais do que justificam, *impõem* a análise de sua situação e papel nas lutas populares.

2. Quem é esta mulher que luta?

Nos últimos anos, as mulheres vêm ocupando posições de destaque na sociedade, na mídia e, principalmente, nos indicadores sociais das pesquisas estatísticas. O acompanhamento e análise dos indicadores, paralelamente às observações práticas do trabalho da Equipe Urbana, apontam alterações cenário de papéis e relações sociais que, embora indiquem o crescimento da participação das mulheres em posições de poder, não demonstram tendência de superação do quadro de desigualdade entre gêneros.

De acordo com o Censo Demográfico 2000, havia no Brasil um contingente de 86.223.155 mulheres; para cada 100 mulheres, havia no Brasil 96,93 homens. Nas últimas duas décadas, a proporção de homens vem se reduzindo muito discretamente, passando de 98,7 em 1980 para 97,5 em 1991 e 96,9 em 2000 (IBGE 2000). Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2002, uma das principais mudanças nas relações de gênero é o aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres: 25,5% dos lares estavam sendo chefiados por mulheres, contra 19,3% de chefas de família em 1992.

Apesar de estarem em maior número e assumirem progressivamente a chefia de seus lares, isto não significou melhora em outros campos. A **Síntese de Indicadores Sociais 2006** (IBGE) aponta que entre 1995 e 2005 a população com mais de 12 anos de estudos quase que dobrou no Brasil e a frequência no ensino superior triplicou. Esse aumento ocorreu particularmente na população feminina, que atualmente é maioria nas universidades e representa 56,1% da população com mais de 12 anos de estudos.

Porém, contraditoriamente, é nesse grupo de maior escolaridade que a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres é elevada. A população masculina com 12 anos ou mais de estudos está distribuída na indústria (15,8%), comércio (15,6%), educação, serviços sociais e saúde (16,8%) e outras atividades (22,3%), enquanto as mulheres com este nível de escolaridade concentram-se basicamente no setor de educação, saúde e serviços sociais (44,9%). A análise do IBGE resume que as mulheres estão predominantemente no setor de serviços, em atividades relacionadas ao cuidado, em áreas que poderiam ser consideradas extensões das atribuições familiares ou domésticas, fator que também acarreta nas diferenciações dos níveis salariais entre homens e mulheres.

Os dados indicam também a persistência de outra realidade: a diferenciação entre os indicadores sociais das mulheres da cidade e do campo. Segundo o DIEESE, o aumento do número de mulheres como chefes de família está totalmente concentrado nas áreas urbanas do Brasil, vez que 86,9% dos domicílios da área rural são chefiados por homens (DIEESE 2002). Na Bahia, conforme os dados da PNAD 2005, a média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade fica na casa de 6,2 para os homens e 6,7 para as mulheres do meio urbano; já no meio rural, este índice cai para 3,0 para os homens e 3,7 para as mulheres; segundo a mesma pesquisa, enquanto as mulheres ocupam na Bahia apenas 5,5% dos trabalhos da produção de bens e serviços industriais, as trabalhadoras agrícolas são 31,1%.

Para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) os dados colocam as mulheres em situação desfavorável em relação aos homens. Entre os anos de 1991 a 2000, a distribuição da população masculina residente na RMS manteve-se praticamente estável, com um pequeno crescimento relativo no município de Salvador. Em 1991, 82,2% das mulheres residentes na RMS estavam em Salvador; em 2000, esse percentual caiu para 80,9%. Porém, a cidade ainda é predominantemente feminina e negra: 53 % da população é composta por mulheres, 80% das quais são “pretas e pardas”. A proporção de mulheres responsáveis por famílias na RMS teve expressivo crescimento entre os períodos analisados: enquanto no estado da Bahia sua proporção passou de 22,4% para 29,3%, de 1991 a 2000, na RMS o aumento foi ainda mais significativo (de 27,9% para 38,1%). Estas mulheres recebem renda mensal média de R\$ 657,41 (IBGE 2000). Segundo o DIEESE as maiores proporções de mulheres chefes de família nas principais capitais do país se encontram em Salvador (32,9%), Recife (31,6%) e no Distrito Federal (31,0%); porém, em todas as regiões analisadas, mais de 90% das mulheres chefes de família não possuíam cônjuge, e a proporção de mulheres casadas e chefes de família é de apenas 7,9% em Salvador (DIEESE 2003).

No que se refere ao trabalho, a situação das mulheres da RMS continua precária. A vulnerabilidade no trabalho – ou seja, situações de assalariamento sem carteira assinada, exercício de trabalho familiar não remunerado e também o emprego doméstico – é alta entre as mulheres.

Segundo a pesquisa **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação**, do DIEESE, 52,2% de mulheres negras e 39,9% de mulheres não-negras encontram-se nesta situação, contra 39,9% de homens negros e 32,3% de homens não-negros em Salvador. Em relação apenas a composição relativa dos trabalhadores domésticos, cálculo com base na PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da RMS, que cruza os dados em relação à raça e gênero, 93% dos trabalhos domésticos é realizado por mulheres, sendo que existem 94,8% de negros e negras no setor, 69,1% não têm carteira assinada e 28,3% moram no domicílio em que trabalham. As disparidades são latentes e muitas vezes os dados são alarmantes: uma babá branca tem rendimento mensal médio de R\$ 185,00, enquanto uma babá negra ganha em média R\$ 98,00 (PED-RMS). O desemprego feminino na RMS também é mais alto que o masculino, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE: entre janeiro e outubro de 2006, a taxa de desocupação das mulheres variou entre um mínimo de 15,8% e um máximo de 18%.

É esta mulher que se faz presente nos trabalhos acompanhados pela Equipe Urbana do CEAS. São mulheres negras, com baixo grau de escolaridade, em sua quase totalidade desempregadas ou subempregadas, que sofrem as violências de gênero e racial, e que ainda têm seus filhos ou companheiros assassinados abertamente pelo narcotráfico, grupos de extermínio ou aparelho policial. Mas também são estas mulheres que cuidam da casa, do bairro, das associações de moradores, dos grupos organizados; são elas que geralmente enfrentam o poder público e privado da capital baiana, na longa busca por direitos coletivos.

3. Como as mulheres aparecem nas lutas populares acompanhadas pela Equipe Urbana do CEAS

Cabe de início ressaltar que as mulheres se encontram em absoluta maioria nos grupos populares organizados que lutam por moradia, infra-estrutura e educação nas comunidades assessoradas pela Equipe Urbana do CEAS. Existe ainda o papel importantíssimo dos grupos específicos, geralmente chamados grupos de mulheres – com destaque para o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas – que atuam não só em função da questão de gênero, como na organização sócio-política do próprio bairro. Não seria então descabido afirmar que, para analisar o cenário político no meio popular ou trabalhar sobre o eixo “moradia” na cidade de Salvador, é preciso ter atenção especial para o papel da mulher na lutas sociais.

Apesar de a Equipe Urbana trabalhar com os conceitos amplos de “grupo” e “movimentos populares”, um dos pressupostos colocados é que os sujeitos sempre aparecem neles de forma específicas. A partir da observação empírica da Equipe Urbana acumulada em anos de experiência, é possível dizer que tais grupos e movimentos são formados por muitos jovens, em sua maioria negros e negras, poucos homens e um número significativo de mulheres. O acompanhamento da vida destas mulheres do meio popular elucida uma beleza observada na forma e no cuidado para com os desafios da luta do dia a dia: sem renda, tendo que tomar conta da casa, dos filhos, dos maridos, da comida (ou da falta dela), as mulheres transcendem o espaço da casa e ampliam sua preocupação para o bairro, a rua, a comunidade, a cidade, o outro.

O papel da mulher acompanhada pela Equipe Urbana do CEAS é, principalmente, um papel político, e a predominância das mulheres nas associações dos bairros, nas comissões de moradores e em outros grupos organizados reflete esta afirmação. Mais do que dar conta da realidade da mulher e de suas dificuldades cotidianas nos diversos espaços sociais, o interesse aqui é fazer o paralelo desta realidade com a atuação dos grupos populares organizados através de um breve resumo das diferentes experiências acompanhadas pela Equipe Urbana do CEAS.

3.1. Grupo de Mulheres de Marechal Rondon

Em julho de 2002, moradores de Marechal Rondon e Alto do Cabrito ficam sabendo da intenção da Prefeitura Municipal de Salvador de realizar o “Projeto de Revitalização do Dique do Cabrito”, que separa os dois bairros. Como de costume na capital baiana, a população de baixa renda e dos bairros populares geralmente fica sabendo dos projetos de intervenção urbanística do Poder Público através de uma marcação a tinta em suas casas, feita geralmente na surdina, que representa sua escolha para demolição. No projeto de revitalização em questão a história não foi

diferente e, para revitalizar o Dique, a Prefeitura prometia a retirada de diversas casas dos dois bairros. Foi formada uma Comissão de Moradores, composta por moradores dos dois bairros, com o objetivo de estudar o projeto e propor alterações, direito elementar que lhes foi negado.

A Prefeitura procurou dividir as comunidades, explorando seus possíveis pontos de divergência. Assim, enquanto suprimia as mínimas informações à população de Marechal Rondon, que detém cerca de dois terços das residências ao redor do dique e, portanto, seria mais afetada pela obra, a Prefeitura convocava seguidas reuniões no Alto do Cabrito com pessoas que não seriam diretamente prejudicadas com a mesma. No decorrer dos anos (2003–2005) as divergências foram se acirrando; a saída do grupo carlista da Prefeitura em 2004 significou apenas a mudança na responsabilidade da obra que passou à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER) e manteve as mesmas práticas autoritárias e divisionistas em uso pela Prefeitura.

A Comissão, que até então defendia a permanência dos moradores no local e discussão mais ampla do Projeto, começava a ser vista na comunidade como os responsáveis pelo atraso das obras. As divergências, somadas ao atraso e à inoperância do Poder Público, geraram uma crise na Comissão que, perdendo força, acabou por não mais se reunir para discutir o projeto. Nesse contexto, relações antigas de amizade foram perdidas e os estranhamentos e desconfianças em relação à possibilidade de permanência ou não no bairro acabaram por afastar de vez as pessoas.

Mas onde as mulheres entram nessa história?

A Equipe Urbana do CEAS, ao iniciar os trabalhos de acompanhamento junto à Comissão de Moradores, percebeu o potencial de congregação, mobilização e, principalmente, cuidado com o outro de algumas mulheres da própria comissão. Elas, de diferentes formas, tomavam a frente da discussão com o Poder Público, denunciavam o autoritarismo do projeto na mídia, conclamavam a comunidade para a lutar por suas moradias e não foram poucas as vezes que presenciamos um nível de enfrentamento que acabava por influenciar na própria saúde destas mulheres, com diversos casos de *stress*, infartos, problemas de pressão, brigas familiares... Até então, não se tinha a idéia de que a Comissão de Moradores ficaria isolada e se fragmentaria durante o processo de negociação com o Poder Público; naquele momento, o CEAS propõe reuniões apenas com as mulheres do bairro para discutir questões de gênero e produção (sabão em barra, perfumes, crochê).



Grupo de Mulheres de Marechal Rondon

A demanda e a ampliação desta discussão, somados ao enfraquecimento da Comissão, fez com que a Equipe do CEAS pensasse, junto com os moradores e moradoras, a possibilidade de fortalecer o grupo de mulheres, já que elas conseguiam congregiar pessoas dos dois bairros e, a partir da discussão de gênero e produção, também problematizar questões que envolvem o bairro

como todo e o projeto especificamente; surge então o Grupo de Mulheres de Marechal Rondon. A cada encontro semanal o grupo crescia em número de participantes, chegando a haver, em 2006, a presença constante nas reuniões de 40 mulheres de diversos locais de Marechal Rondon e Alto do Cabrito. Nestes encontros, inicialmente, as discussões giravam em torno dos problemas e do papel da mulher na sociedade, no bairro e na família. O nível de problemas retratados pelas mulheres, desde o desemprego até as violências psicológica e física causadas pelos companheiros, fez com que uma atenção especial fosse dada ao campo subjetivo, e as aulas de canto-terapia afluíram os sentimentos compartilhados de dor, alegria e esperança. Neste caminhar, elas começam a pensar alternativas para mudar os indicadores sociais referentes às mulheres e organizam oficinas de produção (sandálias, crochê e alimentação) como proposta pontual de geração de renda.

3.2. Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)

O surgimento e o histórico da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) – que poderia muito bem ser chamar “Associação das Moradoras e Amigas do Centro Histórico”, tamanha a predominância das mulheres em sua composição – estão totalmente relacionados ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Salvador que, já na sua 7.^a Etapa, continua expulsando antigos moradores do local. O projeto da 7.^a Etapa, como é conhecido, faz parte do Programa de Preservação de Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) do Ministério da Cultura (MinC), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da UNESCO, além de substancial participação do Governo do Estado da Bahia em termos de contrapartida e da complementação de recursos para o setor habitacional através da Caixa Econômica Federal (CEF). O Projeto é iniciado em 2001, mesmo ano em que é fundada a AMACH.

São cinco anos de luta (2001–2006) nos quais as mulheres da AMACH enfrentaram muitos obstáculos, como os embates com o Governo do Estado da Bahia para a garantia de permanência na área e participação no Projeto, além das dificuldades de fortalecer a organização do “movimento pró-moradia”, mantido basicamente por mulheres que convivem com o desemprego, com casas em risco de desabamento, com o cuidado com a família, com os preconceito de raça e gênero, com a violência e o tráfico de drogas. Em muitos momentos de discussão com a comunidade e com o Poder Público elas lembraram o caminho traçado neste histórico de luta até os dias atuais: a composição da direção, que mostrava a resistência das mulheres (até o momento foram duas presidentas, sendo apenas quatro homens no total de 15 pessoas na diretoria); as dificuldades enfrentadas para mobilizar uma área onde o desemprego e o subemprego, a prostituição e o alto índice de uso e tráfico de *crack* são uma realidade; a Ação Civil Pública junto ao Ministério Público contra o Governo do Estado; a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público e Governo, contendo demandas formuladas pela AMACH; a visita do Relator da ONU para a Moradia Adequada, Miloon Kothari; o processo de negociação do Estado com as lideranças; a chegada de alguns projetos sociais com recursos públicos; a garantia de permanência para apenas 103 famílias...

Desde sua criação a AMACH teve o difícil convívio com a “crise das lideranças”, causada pelo conflito entre o tempo destinado ao trabalho comunitário (não remunerado), a pressão familiar para a manutenção econômica e o cuidado com a casa, filhos e companheiros. Neste tempo percebemos então, só em função do tempo das mulheres dedicado à AMACH, um aumento do *stress*, diversas brigas conjugais, aumento da crise do desemprego... Ao mesmo tempo, é perceptível que as mulheres imprimem um diferencial organizacional, que pode ser traduzido no cuidado, zelo e sensibilidade. Não é em vão que um número expressivo de organizações de bairros populares tenha seu início como grupo de mães, corte e costura ou grupo de mulheres; elas acabam expandido para fora de casa o cuidado para com os seus. Na AMACH, apesar de já ter seu início como associação de moradores, isto fica explícito no cuidado com que estas mulheres trataram dos encaminhamentos políticos no enfrentamento com o Governo do Estado da Bahia.

Os pontos mais marcantes deste zelo ficaram evidentes no trabalho especial da AMACH em relação à compatibilização das novas moradias às famílias remanescentes. Já que, mesmo com a garantia de permanência no Centro Histórico, não foi garantida para as 103 famílias a permanência

em seu imóvel de origem, foi preciso adaptar o número de componentes familiares à quantidade de cômodos das casas a serem reformadas, mantendo atenção ainda às relações de vizinhança. Trabalho árduo, que requer paciência, organização e sensibilidade. Soma-se a este trabalho comunitário outras atenções em relação à negociação com o Estado, organização dos trabalhos sociais, o cuidado com a sede da Associação, a mobilização comunitária... e percebe-se o alto grau de comprometimento destas lideranças com a luta da AMACH.

As mulheres do Centro Histórico ainda têm muita luta pela frente: cuidar dos encaminhamentos do TAC junto ao novo governo; observá-lo com atenção, convivendo com diversas situações de risco; cuidar da comunidade, da casa e de si, além de estar atenta para a organização da AMACH. Aposta-se na força da associação como movimento de resistência e no papel da mulher no cuidar da casa como extensão para o bairro.



Casa caída e liderança do Centro Histórico

3.3. Grupo de Mulheres do Alto das Pombas

O Grupo de Mulheres do Alto das Pombas teve seu origem no final da década de 70, ainda sob a ditadura militar, como um grupo de mães; em março de 1982, tendo em vista as comemorações do Dia Internacional da Mulher, o grupo rompe com esta terminologia e passa a se chamar Grupo de Mulheres do Alto das Pombas. A mudança traz uma simbologia importante nos trabalhos de base das mulheres do meio popular: a separação entre o macro e o micro, o subjetivo e o objetivo, a razão e os sentimentos, a casa e o bairro, o público e o privado.

Nestes 26 anos de existência, o grupo de Mulheres do Alto das Pombas vem assumindo sua missão de lutar por justiça social, contra a discriminação racial e a violência contra a mulher, mantendo sua legitimidade, autonomia e protagonismo diante da comunidade e instituições, entidades, ONGs e movimentos sociais. Nesta trajetória histórica de luta, algumas conquistas de políticas públicas tiveram a participação importante do Grupo: a reabertura da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima (1986), a luta por saneamento e urbanização do Alto das Pombas (1988), a reabertura do posto de saúde (1990), a reforma e implementação do PSF (Programa de Saúde da Família), além do constante debate e intervenção de outros problemas que afligem a comunidade; com destaque para a violência na juventude.



Mulheres conversam na comemoração do dia internacional das Mulheres 2006

Em 2006, diante da crise do desemprego, o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, dando continuidade ao trabalho de produção para cama, mesa e banho, formula o Projeto “Costurando a África de Mulheres Negras Brasileiras”. O Projeto visa à captação de recursos para o fortalecimento institucional do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, capacitando-as na perspectiva de gênero e raça, além do trabalho com a auto-estima. O projeto ainda está por via de aprovação e foi importante para o Grupo manter, em 2006, contato com outras mulheres, de outros bairros e outros grupos, para a troca de experiências organizacional. A parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio) resultou na capacitação conjunta em artesanato com o Grupo de Mulheres de Marechal Rondon e Gamboa de Baixo, sendo a finalização do curso uma exposição de todos os produtos no Salão do CEAS. A perspectiva da produção e geração de renda, cada vez mais demandada pelo público acompanhado pelo CEAS, traz em si o problema de achar alternativa para a sobrevivência, sem perder de vista a atuação e presença nos grupos populares de base; neste caso, protagonizados por mulheres.

A existência do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, nesta trajetória histórica, ainda é necessária diante da situação social agravada pela desigualdade social, racial e de gênero. Sendo assim, o Grupo de Mulheres vem buscando romper com esta sociedade desigual, desenvolvendo ações estratégicas de Formação, Organização e Geração de Renda na comunidade do Alto das Pombas, que garantam a dignidade e a vida do povo negro.

3.4. As mulheres da Gamboa de Baixo

Outro exemplo marcante que merece destaque está nas conquistas e desafios que vêm tendo as mulheres organizadas da Gamboa de Baixo. A Gamboa é uma comunidade litorânea, composta em sua maioria por pescadoras e pescadores, que existe há séculos na borda da falha geológica de Salvador, à beira da Baía de Todos os Santos, e hoje conta com aproximadamente 400 famílias. O protagonismo dos trabalhos comunitários das mulheres tem seu início simbólico em 1980, quando foi criada uma Associação de Mulheres para desenvolver ações de cunho assistencialista, mas, sobretudo, para reagir ao esquecimento dos órgãos públicos para com os problemas de infra-estrutura da Gamboa de Baixo, tornando-se o primeiro grupo do bairro a mobilizar os moradores em busca de melhorias internas (escadaria e mutirão de limpeza).

Em 1992, a Gamboa de Baixo foi atingida por um surto de cólera que se alastrava por toda cidade, e nela fez duas vítimas: “seu” Valdemar e “seu” Geraldo (Gegê). A Associação de Mulheres, então, promoveu denúncias e exigências na mídia para resolução dos problemas comunitários. O grupo resolve ampliar sua formação – continuando porém até os dias atuais com a predominância das mulheres – e transformou-se em Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, dando seqüência a uma série de lutas e conquistas para o bairro, com destaque

para: instalação, em 1992, por parte da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), de um chafariz que garantiu o abastecimento de água potável para a comunidade; em meados de 1996, depois de muita briga e solicitação, a comunidade foi contemplada pelo Programa Viver Melhor, do Governo do Estado da Bahia, mais precisamente no Projeto Habitar Brasil, garantindo a construção de moradias e infra estrutura. Durante todos estes anos de luta, dois fatos têm preocupado as mulheres da Associação: o aumento progressivo do desemprego e a ausência de políticas públicas para a juventude da comunidade, que tem contribuído para elevar o sistema do tráfico de drogas e violência que atinge diretamente seus filhos, companheiros, netos...

Foi no cuidar desta juventude que, em 21 de setembro de 2002, Dona Iraci Isabel da Silva, mulher negra, guerreira, mãe e avó dedicada, líder da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, saindo em defesa de seu neto de 10 anos e dos outros jovens que foram agredidos covardemente pela polícia, foi desrespeitada e afrontada, passou mal e veio a falecer no local. O silêncio e a dor invadiram a comunidade neste dia fatídico, mas a memória da luta de Dona Iraci fortaleceu e encorajou ainda mais as mulheres da Gamboa de Baixo, tendo conseqüências importantes até os dias atuais. As mulheres resolvem refundar o Grupo de Mulheres e trabalham integradas à Associação de Moradores. Em 2006, elas agiram conjuntamente com os grupos de mulheres do Alto das Pombas e de Marechal Rondon nas oficinas de produção e na elaboração do Dia Internacional da Mulher. Em maio do mesmo ano, a memória de Dona Iraci retorna com força e o Grupo de Mulheres resolve fazer o dia das mães com o seguinte tema: “A Mulher é o útero da humanidade; em especial as mulheres da Gamboa, que têm gerado filhos que são amados e resistem à perversidade de um país injusto como o Brasil”.



Unidade de Saúde da Família D. Iraci Isabel da Silva

Mas 2006 ainda guardava a conquista de outra reivindicação histórica: a construção da Unidade de Saúde da Família. A importância desta vitória está contida no atendimento à demanda histórica da comunidade por este equipamento público, que foi pensado pelos moradores, discutido na Associação e proposto aos órgãos públicos responsáveis, dando seqüência a uma série de embates e discussões até a sua inauguração em novembro de 2006. A Gamboa lutou, como costuma lutar, para conseguir a Unidade de Saúde. E lutou mais, e caprichou em dar à unidade, localizada no centro da cidade, o nome de uma mulher negra, do meio popular, que teve sua vida interrompida pela constante ação do poder instituído: **Unidade de Saúde da Família D. Iraci Isabel da Silva**.

8. Considerações finais

Vida e resistência se confundem no meio popular, seja no enfrentamento do autoritarismo do Poder Público, na busca de renda, na relação familiar, nos embates com o tráfico de drogas ou na manutenção da atenção e carinho para com o outro. As mulheres do meio popular da cidade do Salvador mostram que resistir é enfrentar esta realidade e propor alternativas para suas vidas e de seus próximos; que resistir é ter atenção ao subjetivo sem perder de vista “o mundo lá fora”; e que viver por viver é acomodar-se à situação que lhes é imposta, mas resistir pra viver ou viver pra resistir é crer que dias melhores virão.

Apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, na educação formal e do aumento do número de mulheres chefes de domicílio, há uma situação desfavorável para as mulheres. Os dados trazem as contradições que estão em volta desta melhora setorial dos indicadores sociais das mulheres: quem são estas chefas de família e porque são chefes de família, quanto ganham, os preconceitos que sofrem, a luta pela sobrevivência... Trazer os dados estatísticos e seus números para a realidade acompanhada pela Equipe Urbana é dar cor e carne a eles; faz perceber que, mesmo diante da situação de desrespeito e desemprego, são elas que estão à frente das lutas sociais na cidade de Salvador, transformando, na medida do possível, as demandas e problemas próprios em análises e busca de soluções para o conjunto, o externo, o macro.

Políticas públicas que contribuam para a redução de desigualdades de renda e que atinjam os lares mais pobres seriam úteis, uma vez que podem atingir grande parte dos domicílios chefiados por mulheres em situações mais desfavoráveis. A igualdade de oportunidades e a equidade da remuneração no mercado de trabalho têm um papel relevante para desvincular a relação inversa atual entre renda domiciliar e chefia feminina, além, é claro, de contribuir para uma distribuição de renda mais equânime na sociedade.

Não existe uma única forma ou estratégia neste caminho; a constante luta das mulheres por direitos mais básicos encontra ainda diversos obstáculos na busca de uma sociedade menos desigual. Ter atenção para com sua vida privada e, simultaneamente, manter a luta comunitária para atender aos direitos básicos torna-se progressivamente mais desafiante. O CEAS entende como missão sua fomentar a esperança de que a luta é importante diante deste quadro social de degradação que atinge também os familiares, filhos, netos e as próprias mulheres, mesmo quando, muitas vezes, parece inviável. Sem a resistência popular nas cidades, e em particular das mulheres, não há bons amanhã no horizonte; sua luta torna-se, assim, um dos portos seguros na construção de uma outra cidade possível.

Este relatório é dedicado a:

AMACH – Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico

Jecilda (a Pró), Sandra, D. Maria, Chica, Ana, Elisangela, Rose, Lysie, Linda, Noêmia, Lurdes, Bené.

Associação Amigos de Gege dos Moradores da Gamboa de Baixo

Ana, Lú, Rita, Preta, Nice, Adriano.

Grupo de Mulheres do Alto das Pombas

D. Zildete, D. Berta, D. Bené, Tarry.

Grupo de Mulheres de Marechal Rondon

Ângela, Cláudia, Idi, Magali, Simone.

Projeto Força Feminina

Irmã Leonira, Irmã Assunção, Cida.

CEAS

Bajinha e Ritinha

